

o verde-oliva

Centro de Comunicação Social do Exército   Brasília, abril de 1983   Ano X   N.º 85

GUARARAPES



Índio



Negro



Branco

AMÁLGAMA DAS RAÇAS



ORIGEM DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Artilharia de Costa



O 3.° G A Cos e Forte de Copacabana realizou um exercício de tiro real contra alvo naval rebocado, empregando duas baterias de tiro, utilizando o material 152.4 mm.

O exercício contou com a presença do Comandante da Artilharia de Costa da 1.ª Região Militar e de vários Comandantes de Unidades.

Conjunto de Piscinas



O Clube da Vila Militar do 4.° Regimento de Cavalaria Blindado (São Luiz Gonzaga—RS) inaugurou um conjunto de piscinas para uso exclusivo dos sócios.

A programação constou de um churrasco oferecido aos sócios e de atividades esportivas.



Vitórias da FEB

Realizou-se na guarnição de Juiz de Fora—MG, a comemoração do 38.° aniversário das vitórias da FEB, em cerimônia presidida pelo Comandante da 4.ª RM, e com a participação de todas as OM locais.

Tiveram destaque na solenidade, a entrada dos estandartes históricos da FEB no pátio do 10.° BI e a entrega, pela ANVFEB/JF, da medalha Marechal Mascarenhas de Moraes à professora Cesarina de Lima (diretora da Escola Estadual Marechal Mascarenhas de Moraes) e ao Sr Francisco de Paula Fonseca, veterano da FEB.



Entrega de Boinas

O Colégio Militar de Brasília realizou a solenidade de entrega de boinas aos novos alunos, com a presença de grande número de familiares. Houve ainda a apresentação do estandarte do Colégio, entrega de divisas aos alunos promovidos, alocução do Comandante e desfile em continência às autoridades presentes.

A entrega das boinas está se tornando uma tradição no CMB.

Restauração do Forte

Na recente e histórica visita do Presidente João Figueiredo, do Embaixador de Portugual e de vários Ministros de Estado ao Forte Príncipe da Beira, foi assinado um termo de compromisso entre o Ministério do Exército, o Ministério da Educação e Cultura e o Governo do Estado de Rondônia, com o objetivo de restaurar aquele Monumento, tombado pelo Patrimônio Histórico no ano de 1950. O Forte foi erigido em 1776, pelos portugueses, para impedir a penetração nas terras do Vale do Guaporé. A restauração terminará no prazo de nove meses.



Visita à AMAN



A Academia Militar das Agulhas Negras foi visitada por uma comitiva de Oficiais do Exército Francês, chefiada pelo Gen Pierre Multon, de acordo com programação estabelecida pelo Estado-Maior do Exército.

A comitiva tomou conhecimento de peculiaridades relativas ao ensino ministrado e percorreu as dependências da AMAN.

Cidadão Honorário



Em solenidade realizada na Câmara Municipal de Santana do Ipanema—AL, com a presença de altas autoridades do município, foi outorgado ao 1.º Ten José Ferreira Machado, Chefe da 7.ª Delegacia do Serviço Militar, o título de "Cidadão Honorário", em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à comunidade em sua área de atuação. O ato obteve ampla repercussão na imprensa do Estado.

Financiamento pela POUPEx

A POUPEx atendeu a Oficiais, Subtenentes, Sargentos, Cabos, militares da reserva e pensionistas vinculados ao 2.º Regimento de Carros de Combate (Pirassununga—SP), com a entrega de um segundo lote de 29 residências, perfazendo um total de 55 casas já entregues.



Conjuração Mineira - Tiradentes

O século XVIII testemunhou o alvorecer glorioso da Nação Brasileira em busca de sua Independência.

Os movimentos ocorridos naquela época, contra o domínio português, conservariam acesa a chama do amor à Pátria e da dignidade do povo brasileiro.

Na metade daquele século, quando já eram vivos os sinais de decadência da mineração na Capitania das Minas Gerais, a cobiça do sistema fiscal lusitano atingia o auge da intolerância, explorando o colono.

O fenômeno da rebelião estava presente. A reação de uma sociedade ofendida não tardaria.

As idéias liberais que iluminaram a Revolução Francesa e o exemplo da libertação das colônias inglesas na América do Norte, estimularam os pregadores da repulsa ao controle da Metrópole. Em Vila Rica de Nossa Senhora de Pilar de Ouro Preto, persistente e prudentemente conspiravam os conjurados, opondo-se à ambição desmedida de Portugal.

A Conjuração Mineira surgia então, fruto do anseio de liberdade de nossa gente, como precursora da história a ser escrita com sacrifício e coragem. Congregando militares, religiosos, intelectuais e outros segmentos da sociedade, não foi um sonho de brasileiros desvinculados da realidade, porque trazia em sua bandeira sólidas motivações nacionais, como a abolição da escravatura e a implantação de um regime republicano. Destacou-se a figura gloriosa do **Alferes Joaquim José da Silva Xavier,** inspirador de fé e de confiança no destino de nosso País, símbolo da rebeldia contra a opressão, da bravura contra a covardia, do destemor contra a prepotência. O papel desempenhado por **Tiradentes** avulta de importância a cada dia que passa, identificando-o perfeitamente como chefe e alma do movimento redentor.

O ardoroso Alferes de Cavalaria, cujo entusiasmo pela causa quase atingia a imprudência, foi o principal propagador das idéias libertárias no Rio de Janeiro e em Minas Gerais.

Preso em 1789, durante três anos de julgamento experimentou odiosos sofrimentos. Suportou a indignidade, a insolência e a traição, com coragem, nobreza e desprezo pelo dominador. Não foi infiel ao seu pensamento rebelde e demonstrou profundo amor aos irmãos nativos. Sua confissão, gravada nos autos do processo, define, perfeitamente, a sua estatura moral: **"Que é Verdade que se premeditava o levante; que ele respondente, confessa ter sido quem ideou tudo, sem que nenhuma outra pessoa o movesse nem lhe inspirasse coisa alguma".**

Condenado à morte, no dia 21 de abril de 1792 é executada a sentença. O reconhecimento penhorado da Nação o conduziu à galeria de seus heróis, onde ocupa posição de destaque.

Joaquim José da Silva Xavier representa a alma cívica da nacionalidade brasileira pela dedicação ilimitada ao seu ideal. Na recusa ao domínio português, fez despontar um raio de esperança, que veio ressurgir com o 1822, cujas nascenças tiveram origem, sem dúvida, daquele não muito distante 1789.

Tiradentes legou às gerações que lhe sucederam lições de dedicação, de entusiasmo, de liderança, de justiça e, sobretudo, de culto à liberdade. Um revolucionário humilde, foi mensageiro de um pensamento que prevaleceu, mesmo com o seu prematuro desaparecimento

Fiéis ao seu espírito, devemos zelar para que o seu exemplo e as lições que nos deixou, sejam preservados, em toda a sua plenitude, como patrimônio da Nação Brasileira.

A data de 21 de abril, uma das mais significativas do calendário cívico nacional, desperta sentimentos de orgulho patriótico em todos os brasileiros. Evocá-la significa glorificar as virtudes de Tiradentes e a de todos que lutaram por nossa Independência.

Ao instituir Tiradentes como "Patrono Cívico da Nação Brasileira", procurou-se homenagear o herói incomparável, reavivar o seu culto, exaltar todos os que deram o seu sangue e a sua vida pela nossa liberdade e, ainda, na celebração anual da Conjuração Mineira, reafirmar a persistência dos ideais de desenvolvimento, justiça social e democracia, que continuam a orientar e a inspirar a Nação Brasileira.



Alferes Joaquim José da Silva Xavier

— PATRONO CÍVICO DA NAÇÃO BRASILEIRA —

A sua vida de dificuldades, vida de menino órfão e pobre, que desde o início foi obrigado a ganhar o próprio sustento, é uma fonte de grandes ensinamentos. Fazendo de seu ideal a razão de ser de sua existência, mostrou-nos que somente pelo esforço árduo e persistente, pode se construir não apenas uma vida, mas uma nacionalidade.

Nasceu em 1746, no Distrito de São José del-Rei (hoje Tiradentes), na Capitania de Minas Gerais.

Com apenas 11 anos ficou órfão de pai e mãe, passando a ser educado pelo padrinho, que lhe ensinou o ofício que o tornaria conhecido, para a posteridade, como Tiradentes.

Ingressou no Exército, sentando praça na Companhia de Dragões, tropa remunerada da Capitania de Minas Gerais. Tinha, então, 29 anos.

Comandou a patrulha do Caminho Novo, que ligava Minas Gerais ao Rio de Janeiro. Sua missão era conservar a estrada e mantê-la livre de assaltantes.

Permaneceu 12 anos no posto de Alferes. As promoções só existiam para os portugueses nascidos na Metrópole.

Tomando conhecimento das idéias em voga na Europa, passou a pregar a independência do Brasil, conquistando adeptos em Minas Gerais e, também, no Rio de Janeiro.

Preso com todos os outros, assumiu inteira responsabilidade, procurando inocentar os demais.

Condenado à morte, morreu enforcado, no Rio de Janeiro, no local onde hoje está a Praça Tiradentes, no dia 21 de abril de 1792.

— Pela Lei 4 897, de 9 Dez 65, o Governo do Brasil declarou-o Patrono Cívico da Nação Brasileira, reconhecendo-o como maior compatriota de todos os tempos.

Barão do Rio Branco

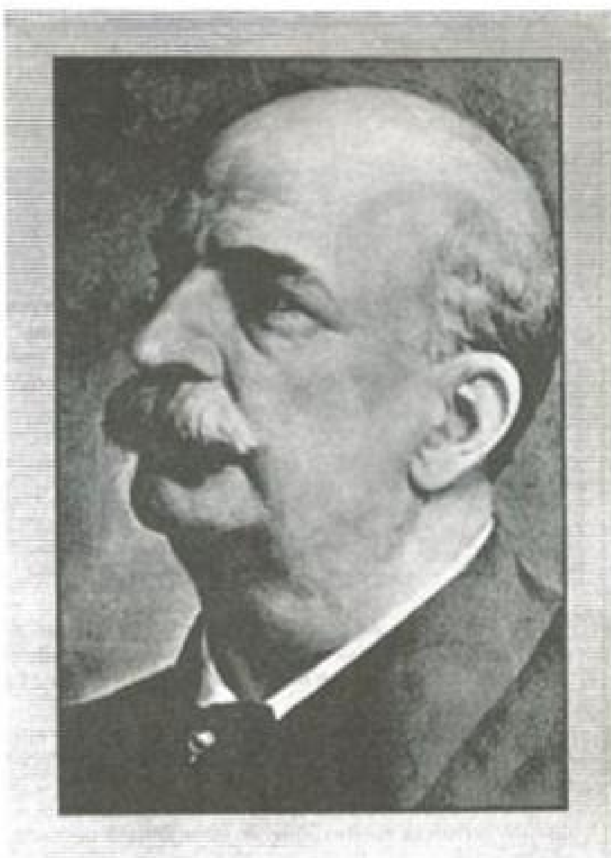
Nascido no Rio de Janeiro, em 20 de abril de 1845, José Maria da Silva Paranhos Junior destacou-se no cenário nacional como figura ímpar da Diplomacia Brasileira. O acervo de realizações na defesa dos direitos e interesses do Brasil no foro internacional, especialmente na definição de limites, assegura-lhe posição relevante entre os construtores da grandeza do País.

Professor de História, jornalista, promotor público, deputado, presidente perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e membro da Academia Brasileira de Letras, Rio Branco em toda esta gama de atividades públicas e privadas mereceu a admiração e o respeito de seus contemporâneos e pósteros.

Iniciou-se na carreira diplomática no cargo de cônsul em Liverpool/Inglaterra, por empenho do Duque de Caxias. Participava do Conselho Privado do Imperador D. Pedro II, que lhe conferiu o título de **Barão do Rio Branco** por assinalados serviços.

A República não poderia esquecer tão ilustre homem público e Rodrigues Alves fê-lo Chanceler, função que ocupou até morrer, em 1912. Durante dez anos, pontificou à frente do Ministério das Relações Exteriores com relevante trabalho ao solucionar problemas, de dificuldades e empecilhos até seculares. Contam-se no rol de seus maiores êxitos diplomáticos os tratados que definiram questões de limites com a Argentina (1895), a Guiana Francesa (1900), a Bolívia (1903) e o Uruguai (1908).

A seguir transcrevemos o discurso pronunciado pelo Barão do Rio Branco, quando de uma homenagem que lhe foi prestada no Clube Militar, em 15 de outubro de 1911.



José Maria da Silva Paranhos Junior

Meus senhores:

A altíssima distinção que, com o prévio assentimento do Sr. Presidente da República, generalíssimo constitucional das nossas forças de terra e mar, e, conseguintemente, com o do seu Ministro da Guerra, me confere hoje a brilhante oficialidade do Exército Brasileiro, não é, nem podia ser, procedendo de soldados, uma manifestação de natureza política.

Torna isso bem patente o belo discurso que acabamos de ouvir, tão cheio de benevolências para comigo, e tão verdadeiro na sua síntese das empresas guerreiras dos nossos maiores quanto o é no reconhecimento da atitude exclusivamente defensiva em que o Brasil se tem mantido desde a sua independência política.

O que mais me toca e penhora na presente demonstração é que ela visa em mim principalmente a dupla qualidade de antigo cultor da história pátria e de amigo desinteressado do Exército e Armada do Brasil.

Todos os nossos militares de mar e terra sabem que nunca os procurei explorar nem distrair do caminho do dever profissional; e muitos poderão dar testemunho de que a minha linguagem para com eles tem sido invariavelmente a mesma no Império como na República.

Os antigos com quem tive a fortuna de privar, e que, no serviço da Pátria, se haviam ilustrado ganhando vitórias ou contribuindo para elas, tratavam-me, alguns, com afeto quase paternal: davam-me eles ensinamentos — não precisavam de conselhos meus. Aos moços que às vezes me ouviam, como aos nossos soldados de hoje, sempre alvitrei o mais completo respeito à disciplina e a mais inteira consagração à nobre carreira que haviam adotado.

Mas ser, como fui, desde a adolescência e na idade viril, um estudioso do nosso antigo passado militar; ter sido, sempre que pude, em outros tempos, aqui como no estrangeiro, um modesto divulgador de feitos gloriosos da nossa gente portuguesa e brasileira de outrora na defesa e dilatação do território do Brasil; prezar constantemente os que se dedicam à carreira das armas, indispensável para a segurança dos direitos e da honra da pátria; tudo isso, meus senhores, não significa que eu tenha sido ou seja um "militarista", como,no ardor das recentes lutas políticas, me acoimaram às vezes de o ser alguns dos combatentes, mal informados dos meus sentimentos e ações.

Também, todos os meus atos e afirmações solenes no serviço diplomático continuando no desempenho das funções que desde alguns anos exerço protestam contra as tendências belicosas e imperialistas que alguns estrangeiros e nacionais me têm injustamente atribuído. Nunca fui conselheiro ou instigador de armamentos formidáveis, nem da aquisição de máquinas de guerra colossais. Limitei-me a lembrar, como tantos outros compatriotas, a necessidade de, após vinte anos de descuido, tratarmos seriamente de reorganizar a defesa nacional, seguindo o exemplo de alguns países vizinhos, os quais, em pouco tempo, haviam conseguido aparelhar-se com elementos de defesa e ataque muito superiores aos nossos.

Toda a nossa vida como Estado livre e soberano atesta a moderação e os sentimentos pacíficos do Governo brasileiro, em perfeita consonância com a índole e a vontade da nação. Durante muito tempo fomos, incontestavelmente, a primeira potência militar da América Latina, sem que essa superioridade de força, tanto em terra como no mar, se houvesse mostrado nunca um perigo para os nossos vizinhos. Só nos lançamos a lutas no exterior quando provocados ou quando invadido o nosso território. Mas, cumpre notar, jamais nos empenhamos em guerras de conquista. E muito menos poderíamos ter planos agressivos agora que a nossa Constituição política proíbe expressamente a conquista e impõe o recurso ao juízo arbitral antes de qualquer apelo às armas, como há pouco advertiu o distinto orador a quem respondo.

Querer a educação cívica e militar de um povo, como na libérrima Suíça, como nas democracias mais cultas da Europa e da América não é querer a guerra: pelo contrário, é querer assegurar a paz, evitando a possibilidade de afrontas e de campanhas desastrosas.

Os povos que, a exemplo do Celeste Império, desdenham as virtudes militares e se não preparam para a eficaz defesa do seu território, dos seus direitos e da sua honra, expõem-se às investidas dos mais fortes e aos danos e humilhações conseqüentes da derrota.

Meus senhores: No pouco que tenho dito, vai implicitamente a afirmação do meu incessante culto pelos que, em tempos já afastados, souberam honrosamente expor a vida pela terra do nosso nascimento; e estará também, penso eu, no conceito imparcial dos nossos compatriotas, a verdadeira explicação dos meus sentimentos de afetuosa estima por quantos dignamente se dedicam à nobre profissão das armas.

Sinto-me verdadeiramente feliz vendo a minha velha amizade correspondida pela corporação dos nossos oficiais; e em nenhum outro recinto poderia eu achar-me com mais íntima satisfação do que neste, onde hoje penetro pela primeira vez.

Agradeço ao Sr. Presidente da República o haver honrado esta solenidade com a sua presença. Agradeço ao Exército Brasileiro, ao Clube Militar e ao seu digno orador a grande honra com que lhes aprouve distinguir-me, magnificando generosamente os meus trabalhos de antanho, infelizmente para mim, há tanto tempo interrompidos, e engrandecendo os serviços que, em outros campos de ação, fui chamado a prestar nestes últimos dezenove anos. E não devo omitir que durante este derradeiro e largo período, só tenho sido um simples e dedicado executor da política de paz e concórdia invariavelmente observada por todos os Governos do Brasil.

Expedição Brasi



Ten Cel Rômulo Bini Pereira, do EME, representante do Exército na expedição, entrevistado pelo "o verde-oliva"

A "Operação Antártica I", denominação código dada pela Marinha do Brasil à primeira Expedição Brasileira à Antártica, desenvolveu-se no período de 20 Dez 82 a 28 Fev 83.

Concretizou-se, assim, o velho sonho da nação brasileira e de sua comunidade científica de presença e exploração do Continente Antártico.

Para realizá-la, o Brasil adquiriu da Dinamarca um navio de características polares, que se incorporou a nossa Marinha com o nome de "Barão de Teffé", em homenagem ao Almirante Antonio Luiz Von Hoonholtz, notável hidrógrafo brasileiro e cientista de renome internacional.

O Barão de Teffé, especialmente projetado para missões em regiões polares, além de seu casco reforçado, que lhe assegura navegação no gelo, possui amplo e sofisticado sistema de navegação e de comunicações, uma expressiva autonomia logística, em torno de 60 dias, e um convés de pouso e decolagem de helicópteros

Participou também da Operação, o navio oceanográfico Professor Wladimir Besnard da Universidade de São Paulo. Este navio realizou, no mesmo período, pesquisas no campo da biologia, inseridas em um quadro geral de cooperação científica internacional, conduzida na Península Antártica na área do Estreito de Bransfield.

O trabalho realizado pela equipe de cientistas do navio Prof W. Besnard constituiu-se em significativo êxito no levantamento de dados para os futuros estudos biológicos da área.

A 23 de dezembro, após a visita do Presidente da República ao Barão de Teffé, o navio zarpou em direção aos mares do sul, comandado pelo Capitão de Mar-e-Guerra Fernando José Andrade Pastor Almeida, com uma tripulação de 44 militares, entre Oficiais e Praças e conduzindo um seleto grupo de cientistas, cinegrafistas e documentaristas, observadores de Ministérios Civis e Militares, representantes da Imprensa e de Instituições Privadas, além de 4 Oficiais de nações amigas (1 argentino, 1 peruano e 2 chilenos) com experiências anteriores no Continente Antártico.

Entre os representantes dos Ministérios Militares, encontrava-se o do Exército, Ten Cel Rômulo Bini Pereira, designado com o intuito de levantar dados concretos, que servirão de escopo para estudos da problemática antártica, o que possibilitará, em futuro próximo, uma efetiva cooperação do Exército ao Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR).

A primeira expedição brasileira à Antártica obedeceu a critérios e objetivos estabelecidos pela Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, órgão colegiado presidido pelo Ministro da Marinha, a quem compete a elaboração e a implantação do Programa Antártico Brasileiro, seguindo as diretrizes da Comissão Nacional para Assuntos Antárticos **(CONANTAR).**

Durante a visita às diversas bases (Polônia, União Soviética, Chile, Reino Unido, Estados Unidos da América, Argentina e Alemanha Ocidental) foram realizados contatos com os cientistas, verificando-se os trabalhos em andamento, coletados dados sobre a logística e as condições de vida locais; foram testados equipamentos e instrumentos brasileiros e realizado o treinamento do pessoal da Marinha na navegação no gelo e no emprego de helicópteros na região.

No decorrer da viagem, com a presença do comando do navio e a coordenação do Capitão-de-Fragata José Ferreira Eugênio Neiva, chefe científico da expedição, o grupo de cientistas e observadores apresentava, em reuniões diárias, com ampla participação e debates, os dados significativos observados nas bases e regiões visitadas, cumprindo gradativamente os objetivos e adquirindo novos ensinamentos para as futuras missões do PROANTAR.

Foram ressaltadas, nas reuniões, as seguintes idéias:

— possibilidade de utilização da Península Antártica como passo inicial para a implementação das atividades brasileiras e dos diversos subprogramas do PROANTAR.

— restrições apresentadas pelo meio ambiente e pelo clima hostil da região, aliadas à difícil navegação ao longo da costa submetida ao comportamento aleatório das massas de gelo flutuante;

— predomínio da atividade logística no atendimento às



Grupo de cientistas, observadores e jornalistas



O helicóptero — Importante meio para o cumprimento de missões na região

necessidades das bases antárticas, a maioria completamente isolada durante o inverno antártico (6 meses);

— duras condições de vida das bases, exigindo de seus membros completo exame de seleção (médico, físico e psicológico);

— importância de um sistema de comunicações completo e sofisticado;

— relevante papel do navio, como o meio de transporte básico no continente antártico e de auxílio à pesquisa científica;

— indispensável apoio do helicóptero nas atividades de logística, transporte de pessoal e de auxílio à navegação no gelo;

— possibilidade de ampla cooperação científica com os demais membros do Tratado Antártico;

— plenas condições de emprego de tecnologia e material nacionais na construção da futura base brasileira.

Constituíram-se em aspectos relevantes para o êxito da Operação Antártica I:

— a conscientização individual por parte de todos os componentes do navio Barão de Teffé com relação à importância histórica, política e científica da expedição;

— o notório empenho do grupo de cientistas em captar ensinamentos e informações visando a futuras atividades de pesquisas e de aproveitamento dos recursos naturais da região;

— a capacidade profissional e o elevado senso de responsabilidade dos membros da tripulação do "Barão de Teffé" na realização de suas missões específicas;

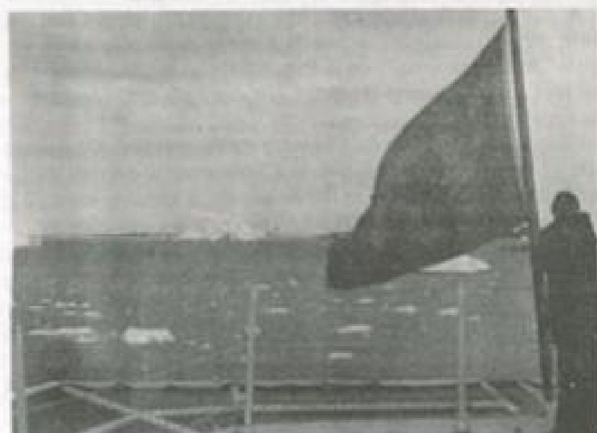
— perícia, capacidade técnica e precisão do cumprimento das missões aéreas por parte de nossos pilotos navais.

O Exército Brasileiro, através de suas organizações de estudos e pesquisas, em projetos de âmbito multi-institucionais e multidisciplinares, pode cooperar significativamente na nascente atividade científica do Brasil na Antártica, no campo das ciências da atmosfera, em particular nos fenômenos da ionosfera; no campo da Geologia e da Geofísica, com o levantamento de dados geológicos e geofísicos e de cartografia básica terrestre; no campo da logística no setor de construções especiais, comportamento e resistência de material em condições climáticas rigorosas e, ainda, na avaliação psicossocial do homem brasileiro na adversidade do ambiente antártico.

Pode ainda o Exército cooperar com as futuras expedições desenvolvendo um programa de adestramento básico individual, abrangendo áreas de montanhismo, noções de sobrevivência e orientação, comunicações, primeiros socorros e engenharia elétrica e mecânica, visando ao preparo técnico-profissional dos elementos permanentes da futura base.



Base inglesa de FARADAY, centro avançado de pesquisas científicas



A nossa Bandeira presente na Antártica

Com a realização da primeira expedição à Antártica, o Brasil cumpriu, efetivamente, uma das etapas que possibilitará a sua futura participação no processo decisório junto aos países membros do Tratado Antártico. Este Tratado, firmado em 1959, impede o estabelecimento de bases militares na Antártica e, também, experiências com artefatos nucleares na região.

Os estudos preliminares, abordando os aspectos políticos, econômicos, científicos e estratégicos que antecederam este empreendimento, couberam à Marinha do Brasil.

Finalizando, acreditamos que o Exército Brasileiro, que já se faz presente junto à Comissão Nacional para Assuntos Antárticos, poderá, dentro de sua tradicional participação nos grandes eventos nacionais, realizar trabalhos de alto significado em prol do promissor Programa Antártico Brasileiro.



O Barão de Teffé chegando ao Rio de Janeiro, após a Operações

Montese

Iniciava-se o mês de abril de 1945.

A guerra deflagrada em 1939 aproximava-se do fim. A forte pressão aliada no centro da Europa ameaçava de colapso o "reduto nacional" de Hitler. Na Itália, ainda sobreviviam três exércitos nazi-fascistas em condições de oferecer séria resistência.

Chegara o momento da **Ofensiva da Primavera,** prevista desde 12 de fevereiro e destinada a consumar a derrota do inimigo ao sul dos Alpes. Em linhas gerais, a idéia de manobra consistia em capturar Bolonha, alcançar as posições do Vale do Rio Pó e bloquear o Passo do Brenner — principal rota de retraimento do inimigo —, com a posse das posições do Rio Adige.



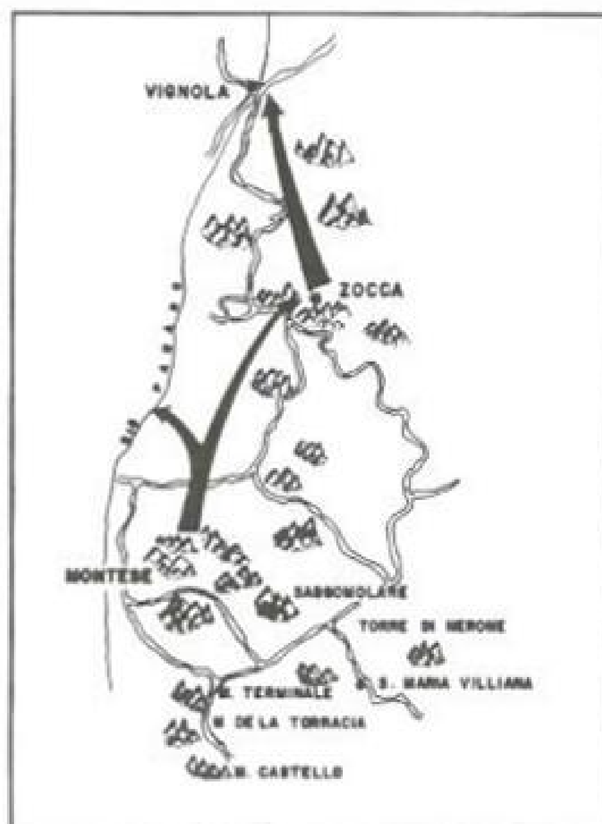
Retraimento do exército alemão

A eficiente progressão do IV Corpo do Exército dos EUA — em que se incluíam as gloriosas jornadas da 1.ª DIE em Monte Castello (21 de fevereiro), La Serra (23/25 de fevereiro) e Castelnuovo (5 de março) —, permitia o desembocar da operação em melhores condições, a partir de 10 de abril.

Cabia à nossa Divisão, inicialmente, conquistar Montese, explorar o êxito até o corte do Rio Panaro e progredir na direção Zocca-Vignola.

A 1.ª DIE encontrava-se, então, no Vale do Rio Panaro, onde fora estabelecida uma defensiva temporária. Desde 6 de março, a estabilização da frente permitira a recuperação da desgastante campanha no Vale do Rio Reno. Executaram-se, ainda, os indispensáveis recompletamentos.

A partir de 7 de abril, a nossa tropa sofreu reajustamento em seu dispositivo, tendo em vista o desencadeamento da operação. Ultimavam-se, assim, os preparativos para a **Ofensiva da Primavera.**



Ofensiva da Primavera

O TERRENO E O INIMIGO

Defrontava-se com o setor brasileiro o Maciço de Montese, composto de elevações próximas e escarpadas, que constituíam uma região-chave para a defesa inimiga. Na encosta sudoeste, situava-se a pequena localidade de Montese. Seguiam-se Monte Buffone e Cota 927, a parte mais elevada. Ao fundo, destacavam-se Cota 888 e Montello. O terreno além do maciço suavizava-se. O inimigo, então, concentrava forte resistência na região montanhosa aproveitando judiciosamente as linhas de altura.



Vista da região de Montese

No período que antecedeu ao desencadeamento da ofensiva, o inimigo limitou-se a tentativas de infiltração e golpes-de-mão, prontamente repelidos. Nossas atividades consistiram em conduzir ações de patrulha e de reconhecimento, de forma continuada e agressiva.

O COMBATE (14 a 17 Abr 45)

Ao amanhecer do dia 14 de abril os ataques da aviação aliada e a violenta e precisa "preparação" da artilharia brasileira constituíram-se no eficiente e adequado prelúdio para a luta que se iniciava.

A fase inicial do nosso ataque, desencadeada a partir de 10:45 horas, consistiu no lançamento de fortes patrulhas para capturar a linha Casone — Il Cerro — Possessione — Cota 745.

O intenso fogo, os campos minados e a tenaz reação inimiga não impediram que já às 1300 horas a linha caísse em nossas mãos.

O ataque prosseguiu com uma ação de ruptura visando a conquistar Montese — Cota 888 — Montello. O ímpeto, a decisão e a bravura de nossos homens sobrepujaram a obstinação do inimigo, envolvendo-lhe as resistências e desorganizando-lhe a defesa.

Eram 15:15 horas do dia 14 de abril quando os primeiros brasileiros penetraram na pequena Vila de Montese. Ao anoitecer, a linha geral Montese — Possessione era conquistada.

Não tínhamos ainda alcançado todos os objetivos determinados naquela fase. O inimigo era renitente e não abandonava as elevações próximas. Permanecia em sua posse a região de Monte Buffone — Montello, disposto a defendê-la de qualquer forma. As jornadas de 15, 16 e 17 registraram o seu desespero em manter os pontos dominantes do bastião de Montese. Submetia a implacável fogo as regiões em nosso poder e impunha alto custo de sacrifício e sangue para o terreno cedido.

Somente a determinação, o valor, a coragem, o estoicismo e a tenacidade do nosso soldado conseguiram transformar aquelas quatro violentas e desgastantes jornadas na mais árdua vitória brasileira na Itália.

A 1.ª Divisão de Infantaria Expedicionária abrira auspiciosamente a Ofensiva da Primavera conquistando, na feliz expressão de seu Comandante — Gen Mascarenhas de Moraes, um "objetivo de manifesta importância e significação especial na manobra ofensiva do IV Corpo".



Esboço do combate de Montese

SARGENTO WOLFF — UM HERÓI

Montese lembra-nos quatro dias de implacável fogo alemão, de sangrento tributo em vidas preciosas ao irredutível inimigo, de estafante progressão pelas inóspitas vertentes apeninas em busca dos picos mais elevados onde hastear a Bandeira vitoriosa.

Montese lembra-nos, também, a lendária figura do Sargento Max Wolff Filho, um paranaense de Rio Negro, imortalizado na Cota 747 quando a metralha alemã provocando-lhe a morte, coroou-lhe a vida com o destino dos heróis.

Voluntário permanente de arriscadas missões, modesto, sereno, bravo e desassombrado, desde o primeiro combate destacou-se como autêntico líder da pequena fração que comandava, o Grupo de Combate. Ao longo da curta e heróica caminhada que empreendeu nos campos da Itália, o reconhecimento e a admiração de seus contemporâneos materializaram-se nas mais honrosas condecorações e nas promoções por atos de bravura.

Era abril de 1945. Preparava-se a Ofensiva da Primavera. A frente sofrera uma estabilização temporária. O inimigo silenciara e mostrava-se arredio.

Era preciso retomar o contato. Era necessário provocá-lo e descobrir-lhe as intenções e os planos, através de fortes patrulhas que, mesmo à luz do dia, incursionassem para além da terra de ninguém.



A última patrulha .... o encontro com a História

O Sargento Wolff partiu à frente de seu pelotão, por volta das 10:30 horas da manhã do dia 12 de abril de 1945, na direção da Cota 747, acidente capital, objetivo de seu reconhecimento. Com o mesmo desprendimento, a mesma alegria, o mesmo entusiasmo e a mesma vibração patriótica de todas as horas e de todos os combates, Max Wolff liderou seus homens na busca ao inimigo.

A tarde já começara quando a patrulha atingiu o casario vizinho à Cota 747 e o bravo comandante tombou. Desesperaram-se os seus soldados, impedidos de resgatá-lo pelo inimigo. Emocionaram-se os espectadores do triste epílogo que, de elevações próximas, acompanhavam atentos a evolução da patrulha.

A 14 de abril, iniciou-se a ofensiva.

E, como a homenagear postumamente o heróico Wolff, foi um pelotão de sua companhia a primeira tropa brasileira a pisar Montese.

As Batalhas dos Guararapes

A EUROPA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVII

A questão religiosa, suscitada pela Reforma de LUTERO e outros dissidentes católicos, e as idéias mercantilistas impulsionadas pelos grandes descobrimentos ameaçaram de colapso o sistema internacional durante o Século XVI. O antagonismo religioso transferira-se, rapidamente, para os campos político e econômico. As graves crises que passaram para o Século XVII precipitaram a eclosão da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), tornando "superada em definitivo a concepção medieval, já minada durante o renascimento, que via a ordem mundial como um sistema hierárquico subordinado ao Papa e ao Império".



Europa no século XVII

Os Países Baixos (atuais BÉLGICA e HOLANDA), sob o governo do imperador alemão CARLOS V, passaram a domínio de seu filho FELIPE II de ESPANHA. Uma rebelião bem sucedida a partir de 1572 conseguiu a libertação do território ocupado pelo dominador. Divididas pelo cisma religioso, as províncias do norte (calvinistas) separaram-se das demais (católicas). Em 1587, formaram a República das Províncias Unidas (HOLANDA), com o apoio da INGLATERRA anglicana, a despeito da oposição da ESPANHA católica.

A emancipação holandesa concorreu para acelerar o surto de desenvolvimento econômico, iniciado anos antes com a chegada de judeus expulsos da península ibérica por motivos religiosos. Grandes capitais privados permitiram expandir o comércio em escala mundial, especialmente através do transporte marítimo de mercadorias de diversos povos. O domínio dos mares ou, pelos menos, a liberdade de navegação se constituía não só em elemento do poder político projetado além fronteiras, mas, também, em componente fundamental do sistema econômico da república holandesa. A criação de grandes empresas voltadas para a incessante busca do lucro sob a ótica calvinista, muitas vezes com a subvenção governamental, tornaram a HOLANDA o grande entreposto comercial do continente europeu.

Desde de 1580, PORTUGAL achava-se sob governo espanhol, atrelado pois à política internacional ibérica. A morte, sem descendentes, do Cardeal-Rei, D. HENRIQUE, colocara o trono português em luta sucessória. FELIPE II adiantara-se dos demais concorrentes.

Ao iniciar-se o Século XVII, os holandeses passaram a disputar mais agressivamente, com portugueses e espanhóis, os promissores mercados coloniais da AMÉRICA, ÁSIA e ÁFRICA. Entre 1602 e 1612, a Companhia das Índias Orientais, holandesa, conseguiu o monopólio do comércio do ORIENTE.

As conquistas holandesas eram vistas em ESPANHA sob os aspectos do expansionismo comercial e da difusão do Calvinismo, em âmbito mundial.
Assim, os portos luso-espanhóis ficaram proibidos aos navios holandeses, o que desencadeou uma luta a nível de sobrevivência entre HOLANDA e ESPANHA — PORTUGAL, e por conseguinte o BRASIL.

O vitorioso empreendimento no ORIENTE motivou a criação da Companhia das Índias Ocidentais, em 1621, com o apoio do governo holandês e destinada a atuar em terras brasileiras.

POR QUE O BRASIL?

O Brasil da época já ultrapassara o território creditado a PORTUGAL pelo Tratado de TORDESILHAS, sob aval da Bula de ALEXANDRE VI, veementemente contestada pela HOLANDA. A união luso-espanhola representava a suspensão temporária dos efeitos daquele tratado. Assim, entre 1584 e 1637, expandiram-se as fronteiras no sentido Nordeste-Norte. Surgiram povoados e fortificações dispersos nas costas da PARAÍBA, RIO GRANDE DO NORTE, CEARÁ, MARANHÃO, PARÁ e AMAPÁ. A partir de 1621, dividia-se administrativamente em Estado do MARANHÃO e Estado do BRASIL, com sedes de governo em SÃO LUIZ e SALVADOR, respectivamente. Era particularmente habitado na orla marítima desde a foz do AMAZONAS até SÃO VICENTE.

Embora ainda de possibilidades desconhecidas quanto a ocorrências de ouro e prata, como MÉXICO e PERU, já apresentava no Nordeste florescente economia colonial. A cana-de-açúcar, sua maior riqueza, representava excelente fonte de lucros para portugueses e espanhóis. Completavam ainda a pauta de produtos de boa rentabilidade no comércio europeu, o pau-brasil, o algodão, o anil e os couros. SALVADOR e RECIFE eram os terminais exportadores.



MAPA ECONÔMICO DO NORDESTE À ÉPOCA DAS INVASÕES HOLANDESAS

A posse do território brasileiro assegurava ao governo da Províncias Unidas diversas vantagens estratégicas na luta contra a ESPANHA. A posição geográfica do BRASIL, especialmente quanto ao saliente nordestino, permitiria exercer controle no ATLÂNTICO SUL.

Não havia sistema de proteção compatível com a importância econômica das regiões produtoras. Ao longo do extenso litoral, distribuíam-se fortificações esparsas guarnecidas por pequenos efetivos de tropa regular que, nos principais portos, ofereciam relativas condições de segurança contra corsários. Povoações e engenhos isolados possuíam defesa

segue

sumária apenas contra índios. As grandes preocupações espanholas, em termos de segurança, não se fixavam no BRASIL. Consistiam em assegurar a posse das minas de ouro e prata e o escoamento de sua produção até o tesouro real.

Os holandeses, hábeis negociantes e navegadores de longo curso, tocavam assiduamente em todos estabelecimentos coloniais do mundo da época. Cientificavam-se, assim, das potencialidades econômicas e das vulnerabilidades militares do BRASIL. Além dos contatos comerciais, ativaram incursões contra as nossas costas desde 1599, especialmente na BAHIA.

Para a HOLANDA, o estabelecimento em terras brasileiras significava, pois, a conquista de uma posição estratégica no ATLÂNTICO SUL, a posse do lucrativo monopólio luso-espanhol do açúcar, pau-brasil, couro e comércio de escravos africanos e a oportunidade de expansão do calvinismo no Novo Mundo.

A OCUPAÇÃO DE SALVADOR

Na HOLANDA, a Companhia das Índias Ocidentais levantou apreciável capital para aprestamento de poderosa expedição, destinada a consumar a invasão e conquista do BRASIL. O objetivo inicial seria SALVADOR, sede do governo, o que permitiria desarticular a incipiente administração colonial.

Quando a frota holandesa fez-se ao mar, no final de 1623, já era do conhecimento da ESPANHA seu destino e finalidade. O Governador-Geral recebeu apenas a informação e uma recomendação sobre a proteção da cidade. Foram mobilizados os poucos recursos locais para a defesa.

Após quatro meses de espera, a forte esquadra holandesa apresentou-se na Baía de TODOS OS SANTOS, a 8 de maio de 1624. Ao clarear do dia 10, já estavam liquidadas as antiquadas fortificações e submetida a guarnição da cidade.

Os remanescentes da tropa e os habitantes retiraram-se para o interior, durante a noite de 9, com o propósito de reagir e expulsar o invasor.

Próximo a SALVADOR foi erguido o Arraial do RIO VERMELHO, como sede de governo, centro da resistência armada e obstáculo à expansão holandesa para o interior.

Em complemento, criaram-se as Companhias de Emboscada, destinadas a levar a morte e a destruição ao inimigo que se aventurasse fora do perímetro da cidade.



Resistência das companhias de emboscadas

De PERNAMBUCO e do RIO DE JANEIRO foram enviados contingentes com reforços em provisões, integrados pela gente brasileira índios, negros e brancos. Estabelecia-se a tradição de solidariedade e apoio mútuo aos distantes pontos ameaçados, a preservar a integridade cultural e territorial do país que se formava.

Impedidos de dilatarem a conquista para o interior, por terra, aos poucos tornou-se difícil aos holandeses desembarcar em outros pontos do RECÔNCAVO para buscar recursos de sobrevivência.

Em 29 de março de 1625, uma esquadra luso-espanhola de socorro, completou o bolqueio da praça holandesa.

A partir de 6 de abril, o inimigo, encurralado, passou a sofrer intensos ataques, capitulando no dia 30 de abril de 1625. Estava liberta a cidade.

OS HOLANDESES EM PERNAMBUCO (1630-1645)

O insucesso de 1624/1625 fez a Companhia das Índias Ocidentais reorientar seus planos relativos ao BRASIL. Durante o ano de 1629, coletaram-se dados e informações. Tomaram-se novas medidas com a finalidade de assegurar êxito à futura investida. As razões políticas, econômicas e religiosas convergiam para o mesmo objetivo buscado em terras baianas: estabelecer a colonização holandesa no Novo Mundo.

Em linhas gerais, as condições oferecidas pela capitania aos intentos holandeses eram superiores às da BAHIA. A próspera economia, baseada especialmente na cana-de-açúcar e no pau-brasil, carreava enorme riqueza ao luso-espanhóis.

RECIFE destacava-se como região capital da conquista. A posição central da costa nordestina, a maior proximidade da EUROPA, das ANTILHAS e do litoral africano e condições naturais de privilegiada base naval conferiam-lhe primazia de escolha.

Permitiria expandir o domínio pelo território, interferir na navegação do ATLÂNTICO e apossar-se das ricas "frotas de prata", feito conseguido pelo corsário holandês PIETER HEYN pouco antes. E, como já era notório, RECIFE era fracamente defendida pela Metrópole.

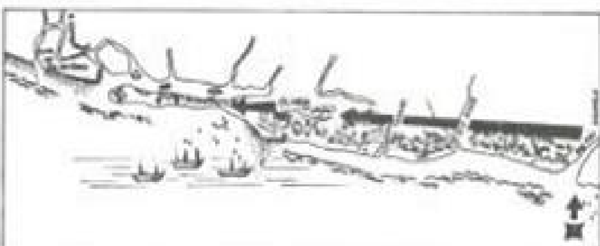
A TOMADA DE OLINDA E RECIFE

Na EUROPA, a preparação holandesa era de tal vulto que chegou ao conhecimento dos luso-espanhóis. Como sucedera na BAHIA, o Governador-Geral recebeu o aviso e as costumeiras recomendações sobre a defesa, sem qualquer auxílio efetivo.

Mobilizou-se a população, ativaram-se as fortificações e, com as restritas disponibilidades locais, OLINDA e RECIFE transformaram-se em praças de guerra dispostas a enfrentar o invasor.

A 15 de fevereiro de 1630, surgiu frente a RECIFE ponderável força naval holandesa. Utilizando a mesma tática de 1624, o inimigo fixou as defesas pelo fogo e desbordou-as desembarcando em PAU AMARELO, para assim pressionar, por terra e por mar, os defensores.

Os pernambucanos resistiram bravamente. Somente a esmagadora superioridade bélica holandesa decidiu a luta. Cai OLINDA e RECIFE é ocupado em 03 de março de 1630.



Plano de ataque dos holandeses ao Recife e a Olinda

segue

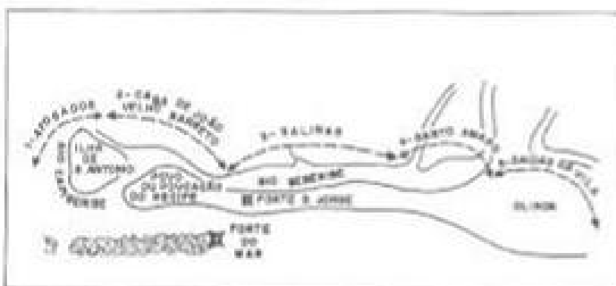
Retirando-se da cidade, o Governador-Geral MATIAS DE ALBUQUERQUE, anunciou a disposição de lutar até à morte para expulsar o invasor. Apoiado por bravos remanescentes, estabeleceu um sistema de defesa com base na experiência baiana de 1624/25.

A DEFESA DO INTERIOR E O CERCO DO INIMIGO

Em local próximo, ponto de convergência dos caminhos que ligavam OLINDA e RECIFE ao interior, foi erguida uma praça fortificada, designada como Arraial do BOM JESUS. Durante cinco anos, o lendário baluarte resistiu aos ataques holandeses e dirigiu a reação pernambucana.

Estabeleceu-se uma linha de bloqueio terrestre em torno das duas cidades, através das denominadas "estâncias de cerco". Destinavam-se a hostilizar continuadamente o inimigo que abandonasse seu domínio para abastecer-se.

Complementando o sistema de defesa do interior e de cerco ao inimigo, organizaram-se as emboscadas. A qualquer momento, de dia ou de noite, os holandeses eram fustigados com golpes-de-mão e incursões mortíferas.



Dispositivo das companhias de emboscada

Criou-se um clima de medo e insegurança para quem se aventurasse fora do perímetro fortificado das cidades. A ligação terrestre OLINDA-RECIFE foi substituída pela incômoda travessia marítima. A própria alimentação dependia da EUROPA ou de incursões predatórias a áreas indefesa da costa portuguesa.

A aflitiva situação da colônia levou a Companhia das Índias Ocidentais a socorrê-la com reforços durante o período de 1630-1631.

Em 12 de setembro de 1631, uma esquadra holandesa de socorro foi derrotada na altura de ABROLHOS, o que propiciou aos luso-espanhóis desembarcar reforços para o Arraial do BOM JESUS. Em conseqüência, a pressão aumentou e o inimigo incendiou e abandonou OLINDA, recolhendo-se a RECIFE.

O poder de combate concentrado na cidade permitia que, com incursões no litoral, os holandeses diminuíssem os problemas de provisões. Assim, em 1631, tentaram a conquista do Forte CABEDELO (PARAÍBA), Forte do CEARÁ e Forte dos TRÊS REIS MAGOS (RIO GRANDE DO NORTE), mas fracassaram.

EXPANSÃO HOLANDESA (1633/1635)

Um fato inesperado alterou a relação de forças: a deserção de CALABAR. Conhecedor do terreno das operações, experiente na condução de emboscadas, orientou investidas bem sucedidas para expandir a conquista.

Partindo do RECIFE, os holandeses apossaram-se de várias localidades e áreas no vale do Rio CAPIBARIBE, e a 24 de março de 1633 atacaram de surpresa o Arraial do BOM JESUS, sendo repelidos. Ocuparam e fortificaram a Ilha de ITAMARACÁ e conquistaram o RIO GRANDE DO NORTE e a PARAÍBA.

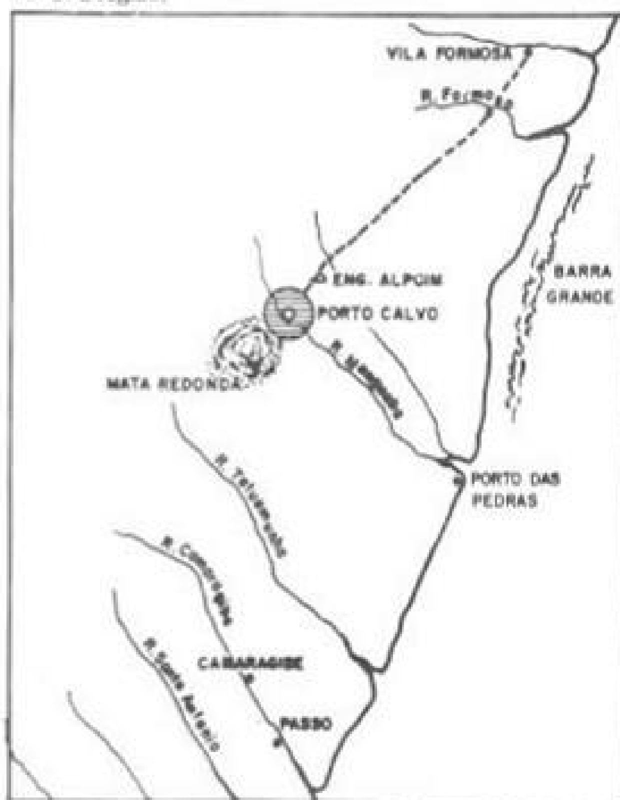
Diante do quadro, os pernambucanos decidiram manter quatro pontos vitais, entre os quais o Arraial do BOM JESUS. No restante do território, seriam desenvolvidas ações tipo guerrilhas, retardando a conquista e destruindo tudo que servia de apoio ao invasor.

Aos poucos porém, o inimigo dilatou sua área de domínio e, por último, o Arraial foi sitiado em abril de 1635. A 8 de junho, capitulou após resistir heroicamente. A queda do Arraial tornou inviável a manutenção de PERNAMBUCO.

Durante um mês, o Governador MATIAS DE ALBUQUERQUE guiou uma difícil e árdua retirada para o Sul, conduzindo remanescentes da tropa e a parcela da população que preferiu tudo abandonar, a viver sob o jugo holandês.

A BATALHA DA MATA REDONDA

Reforços enviados de PORTUGAL desembarcaram em ALAGOAS no final de 1635, com o novo Governador-Geral. Este decidiu marchar ofensivamente na direção de PERNAMBUCO, em busca do inimigo. Em 18 de janeiro de 1636, feriu-se um combate em MATA REDONDA, nas proximidades de PORTO CALVO. Os holandeses, apesar de vitoriosos, foram obrigados a se retirarem para o Norte, abandonando a região.



Combate de Mata Redonda (1636)

PORTO CALVO tornou-se o mais poderoso baluarte da resistência e centro de irradiação de lutas. Organizaram-se companhias de emboscadas sob a liderança de experimentados chefes. A partir de PORTO CALVO, incursionavam de surpresa em todos os pontos dominados pelos holandeses destruindo canaviais, tomando recursos, punindo colaboracionistas e mantendo viva a esperança de liberdade na população.

Ao inimigo restringiram a facilidade de locomoção, inviabilizaram a recuperação da lavoura canavieira e envolveram em um clima de insegurança.

A FASE DE MAURICIO DE NASSAU (1637-1644)

O governo do Príncipe de NASSAU propiciou um período de consolidação e expansão da conquista e reconstrução da economia. O território dominado pelos holandeses, rico e de significativo valor estratégico, estendeu-se desde o RIO GRANDE DO NORTE até o Rio UNA.

NASSAU imediatamente sitiou PORTO CALVO com forças poderosas e neutralizou este último núcleo de resistência pernambucano, em 3 de março de 1637. Expulsou os luso-brasileiros para ALAGOAS e estabeleceu limites nas mar-

segue

gens do RIO S. FRANCISCO, demarcando-os com o Forte Maurício. Mais tarde, em 1642, alcançou o MARANHÃO ao Norte e SERGIPE ao Sul. Em 1638, teve frustrada uma tentativa contra SALVADOR.

NASSAU procurou, também, integrar os brasileiros à colonização holandesa com medidas pacificadoras, como o repeito à propriedade e à liberdade religiosa.

Em 1640, eclode uma revolução contra os espanhóis que devolve a independência a PORTUGAL. Sem condições de enfrentar simultaneamente ESPANHA e HOLANDA, os portugueses assinaram um armistício com a HOLANDA. Cessavam as hostilidades no BRASIL e reconhecia-se o domínio holandês sobre PERNAMBUCO e RIO GRANDE DO NORTE.

A INSURREIÇÃO

Sedimentara-se um antagonismo irreversível entre pernambucanos e invasores nos aspectos social, político e religioso. No campo econômico, o endividamento, a desorganização da lavoura canavieira e a devastação da guerra eram motivos de profundo descontentamento da população interiorana.

Com a saída de NASSAU, os novos governantes passaram a hostilizar os brasileiros, desrespeitando seus valores mais caros e até disseminando o ódio racial entre os índios.

A Guerra dos Trinta Anos, em curso na EUROPA, causara a redução dos efetivos e a compressão das despesas, restringindo a capacidade defensiva dos holandeses no BRASIL.

Neste clima de revolta, ocorre a Restauração do MARANHÃO, em 1644, com ampla e favorável repercussão entre os patriotas, pois concretizara-se pelo esforço de seus habitantes, sem o auxílio da Metrópole.

A PREPARAÇÃO

Os patriotas conspiravam a expulsão definitiva do inimigo. Novos líderes surgiram. O Governador-Geral, impossibilitado de apoiá-los ostensivamente, envia da BAHIA o Sargento-Mor ANTONIO DIAS CARDOSO militar experimentado nas lutas contra o invasor. Sua missão consistia em treinar, secretamente, os remanescentes das Companhias de Emboscadas e os voluntários para formar o exército patriota, em coordenação com o líder civil do movimento, JOÃO FERNANDES VIEIRA. O local do treinamento era a Mata do Brasil, área de exploração de pau-brasil.

Deslocaram-se, por terra, as tropas do índio FELIPE CAMARÃO e do negro HENRIQUE DIAS e, por mar, os terços de infantaria de ANDRÉ VIDAL DE NEGREIROS e MARTIM SOARES MORENO, aparentemente executando ações amparadas pelo armistício.

Depósitos secretos de armas, munições e víveres foram organizados na Mata do Brasil, destinados ao apoio logístico dos insurretos.

Ao primeiro sinal da insurreição em território pernambucano, os patriotas do RIO GRANDE DO NORTE, PARAÍBA, ALAGOAS e SERGIPE organizariam emboscadas para levar o inimigo a uma luta sem tréguas até à rendição.

O IDEAL DE PÁTRIA

Dezoito líderes assinaram um compromisso de honra no dia 23 de maio de 1645, imortalizado através dos tempos:

"Nós abaixo-assinados nos conjuramos, e prometemos, em serviço da liberdade, não faltar a todo tempo que for necessário, com toda a ajuda de fazendas e pessoas, contra qualquer inimigo, em restauração da nossa patria; para o que nos obrigamos a manter todo o segredo que nisto convém; sob pena de quem o contrário fizer ser tido por rebelde e traidor, e ficar sujeito ao que as leis em tal caso permitam. E debaixo deste comprometimento nos assinamos em 23 de maio de 1645".

Os patriotas adotaram, ainda, a designação de "Independentes", a senha "Açúcar" e o lema "Restauração da Liberdade Divina e da Pátria".

Em IPOJUCA, surgiu a primeira ação armada a 17 de junho de 1645, com o cerco do inimigo. Durante quarenta e cinco dias, através de emboscadas e movimentos envolventes, foi imobilizado significativo contingente holandês.

BATALHA DO MONTE DAS TABOCAS

Já em 13 de junho de 1645, o exército patriota partiu em marcha através das Matas de Camaragibe e do Borralho. Seguindo por SÃO LOURENÇO e TAPACURÁ, atinge o Sítio do COVAS onde acampa vinte e dois dias.

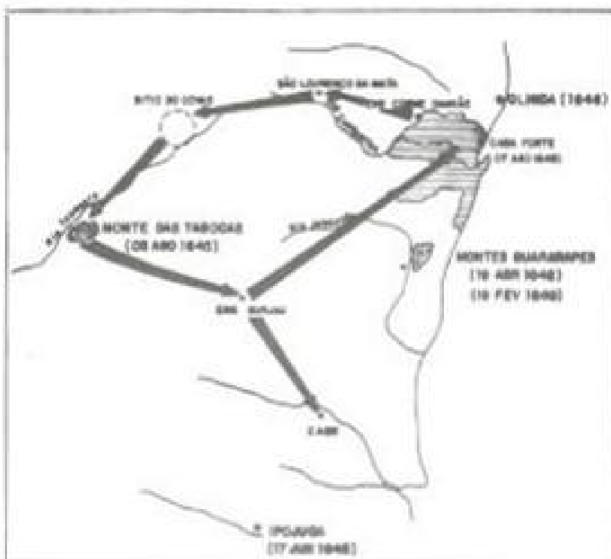
Pressionado pelo inimigo, procura atraí-lo ao Monte das TABOCAS e obter sua derrota, emboscando-o. No dia 3 de agosto de 1645, registra-se nesta elevação a primeira vitória importante da insurreição, com pesadas perdas para o inimigo.

Abrira-se o caminho da libertação em quatro horas de feroz combate.

COMBATE DE CASA FORTE

Partindo em direção a RECIFE, as tropas vitoriosas de DIAS CARDOSO e FERNANDES VIEIRA realizaram junção com outras forças brasileiras: a 10 de agosto em GURJAÚ com HENRIQUE DIAS e FELIPE CAMARÃO e a 16 no CABO com VIDAL DE NEGREIROS e SOARES MORENO.

Reajustado, o exército patriota parte para MURIBECA e chega a CASA FORTE em 17 de agosto de 1645 onde em breve combate, submete os holandeses.



A marcha da insurreição

Até o final de 1646, numerosas vitórias espalharam a revolta por todas as áreas dominadas pelo invasor. Libertaram-se OLINDA, SERINHAEM, PORTO CALVO, SERGIPE e outras regiões.

Permaneciam em mãos inimigas RECIFE, ITAMARACÁ e os fortes CABEDELO e dos TRÊS REIS MAGOS.

Protestos da HOLANDA fizeram com que D. João IV, de PORTUGAL, ordenasse a suspensão das hostilidades, de acordo com armistício em vigor. Os patriotas não aceitaram.

O ATAQUE A SALVADOR E À FORTALEZA DO ASSECA

Reforços chegados em 1647 da HOLANDA melhoraram as condições dos sitiados. Impedidos de romper o assédio, atacaram a BAHIA. Conquistaram somente a Ilha de ITAPARICA, onde permaneciam executando represálias.

Sigilosamente, durante vinte e três noites, os patriotas levantaram a fortaleza do ASSECA, próxima ao perímetro mantido pelo inimigo. Na manhã de 7 de novembro de 1647, irrompeu devastador bombardeio sobre os holandeses. Com a confusão reinante, executaram um golpe-de-mão audacioso dentro da cidade. A grave situação obrigou os holandeses a abandonar a BAHIA, para evitar a queda de RECIFE.

segue

Sem condições de impor um bloqueio naval eficaz, fundamental para qualquer tentativa de conquistar RECIFE, os patriotas decidiram cercar RECIFE, como nos dias de MATIAS DE ALBUQUERQUE.

Próximo ao perímetro defendido pelos holandeses, construíram o Arraial Novo do Bom Jesus, que passou a concentrar o núcleo da resistência. A linha de cerco também era demarcada nos redutos e estâncias. Para a estância, em caso de ocorrer rompimento do cerco ou sofrer um ataque direto, a missão consistia em fixar o inimigo e retardá-lo, até o recebimento de reforços do Arraial.

No interior, além da linha de cerco, os patriotas gozavam de inteira liberdade de ação. O porto de NAZARÉ constituía-se no elo com apoio externo prestado pelas capitanias do Sul e, eventualmente, pela Metrópole. Estava a salvo da interferência inimiga.

O Arraial foi guarnecido com canhões holandeses apreendidos em PORTO CALVO que, desde o dia de Ano Novo de 1646, passaram a bombardear a cidade sitiada. A partir de junho, apertara-se mais o cerco e a fome grassava em proporções insuportáveis.

PRIMEIRA BATALHA DOS GUARARAPES

Antecedendo o combate, dois fatos importantes ocorreram.

Em 23 de janeiro de 1648, fugiu da prisão no RECIFE o Mestre-de-Campo BARRETO DE MENEZES, enviado por D. JOÃO IV para comandar as operações. Militar experiente nas lutas contra o invasor, coordenou com argúcia a ação dos chefes insurretos e empregou suas tropas com oportunidade, nos momentos críticos da batalha.

Em 18 de março, aportou à cidade poderosa esquadra da Companhia das Índias Ocidentais, transportando suprimento e significativo reforço para o exército holandês.

SITUAÇÃO E OBJETIVOS DOS CONTENDORES

Apesar da liberdade desfrutada no mar, o cerco terrestre mantinha os holandeses em incômodo confinamento dentro das fortificações de RECIFE dependendo de apoio externo até para os víveres. Era fundamental liberar a cidade, conseguir a derrota dos lusos-brasileiros no interior e expandir a conquista.

Impunha-se marchar para o Sul, área de retaguarda dos patriotas, onde deveria ser conquistada a região do CABO. Sua captura permitiria apossar-se de bases de suprimento próximas e cortar o apoio externo, por terra e por mar, recebido do Sul do BRASIL, pelos insurretos. Assim, seria possível bater por partes os redutos e as estâncias, atingindo por último o Arraial NOVO DO BOM JESUS. Estaria aberto, então, o prosseguimento via terrestre para conquistar a BAHIA. Para o sucesso dos movimentos iniciais, era necessário fazer crer aos patriotas, através de uma finta, que o objetivo era o Arraial.

Elevara-se significativamente o poder de combate holandês, com a tropa desembarcada em 18 de maio, permitindo atingir aqueles propósitos.

O Plano Holandês

Para os patriotas, era essencial manter os holandeses cercados no RECIFE. Em caso de rompimento do cerco, a maior parte dos meios deveria aguardar, no Arraial, a definição da direção em que o inimigo passaria a atuar. O inimigo seria retardado pelos elementos dos redutos e estâncias, na direção escolhida. Era importante, então, forçar o inimigo a um combate decisivo, a ser travado o mais longe possível de RECIFE explorando, como vantagens a surpresa e o terreno, com a finalidade de destruir o seu poder de combate. Após, seria reconquistada OLINDA e restabelecido o cerco da cidade. De qualquer modo, o Arraial deveria ser defendido de uma ação diversionária.

O COMBATE

A 17 de abril de 1648, saíram os holandeses do RECIFE, sem qualquer sigilo, na direção de AFOGADOS, onde deixaram um forte elemento destinado a simular a montagem de um ataque ao Arraial Novo. Era a finta.

Prosseguindo a 18, liquidaram a pequena guarnição de BARRETA e acamparam mais ao sul em LEITARIA, a fim de esperar o elemento que mantivera a finta. Foram informados por prisioneiros de que existia um pequeno efetivo na região de MURIBECA. Assim a 19, convictos que seus planos seguiam com sucesso, continuaram para o Sul na direção MONTES GUARARAPES-MURIBECA.

Os patriotas, através de reconhecimentos bem lançados, não se iludiram com a finta e passaram a acompanhar os movimentos adversários. Reunidos em conselho de guerra, presidido por BARRETO DE MENEZES, os líderes insurretos decidiram travar batalha nos MONTES GUARARAPES. O terreno era propício à forma de combate insurrecional e desfavorável ao desdobramento das pesadas formações holandesas, com a vantagem da surpresa.

Para atingir MURIBECA, o caminho dos holandeses passava por uma estreita faixa de terra entre a vegetação das faldas das elevações e os alagados, denominada BOQUEIRÃO. Uma pequena força de cobertura dos patriotas estabeleceu contato com os holandeses e retraiu para aquele local. Um contingente a comando de DIAS CARDOSO avançou pela passagem sobre o inimigo.

O Comandante holandês ordenou o ataque, que implicava no desdobramento dos pesados regimentos na estreita frente. Parte da formação penetrou nos desconhecidos alagados e parte dissociou-se na vegetação cerrada das encostas.

Nesta hora, os patriotas escondidos nas elevações e nos alagados, atacaram violentamente pelos flancos, firmemente liderados por HENRIQUE DIAS, FELIPE CAMARÃO, FERNANDES VIEIRA e DIAS CARDOSO. Durante quatro horas de feroz combate, o forte exército holandês debateu-se para sair da hábil emboscada.

À noite, cessava a luta. O inimigo, com pesadas perdas, aproveitou para realizar uma retirada silenciosa na direção LEITARIA-BARRETA-RECIFE, sob a violenta chuva que caía. Consumava-se a primeira grande vitória dos GUARARAPES. Era o dia 19 de abril de 1648.

1.ª Batalha dos Guararapes (19 Abr 1648)

INTERVALO ENTRE AS BATALHAS

Para os holandeses, a batalha representara o inesperado desastre. Grande parte de seu poder de combate fora destruído, o que significava a perda da capacidade ofensiva terrestre no território pernambucano. Voltavam ao confinamento

segue

do cerco. No mar, ainda poderiam tentar incursões predatórias no litoral. Assim, saquearam o RECÔNCAVO.

O prejuízo para a Companhia das Índias Ocidentais foi grande. Com a esperança de valer-se de recursos locais, diminuíra o fluxo de suprimentos, o que aumentou a escassez em RECIFE após a batalha. Avizinhava-se o final da dominação holandesa.

Os luso-brasileiros reconquistaram OLINDA e impuseram maior rigor ao cerco. O farto material bélico capturado reforçara seus meios.

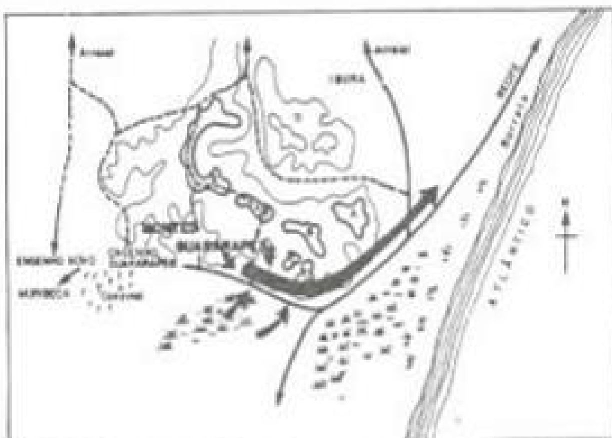
A situação dos sitiados tornara-se insuportável. Fome, desespero, pânico e ainda desesperança com o auxílio de além-mar, levam os holandeses a se decidirem a sair da cidade e procurar uma definição pelas armas.

Os holandeses, ao romperem o cerco, pretendiam travar luta também nos MONTES GUARARAPES. Para tanto, resolveram antecipar-se aos patriotas ocupando o BOQUEIRÃO. Aproveitando a posição vantajosa nas elevações e na passagem, procuraram atrair os luso-brasileiros ao local, numa inversão do encontro anterior. Obtida a vitória, seria posto em execução o planejamento previsto anteriormente, quando da primeira batalha.

Para os patriotas, o cerco de RECIFE continuava essencial. Caso o inimigo rompesse, procurariam o combate decisivo, desde que pudessem conservar as vantagens do terreno, da surpresa e da iniciativa. Após derrotá-lo, restabelecer o cerco.

Desta vez, os holandeses procuraram atingir rapidamente o local do combate, com o máximo de sigilo de movimentos na noite de 17 para 18 de fevereiro de 1649. Em marcha forçada, chegaram na tarde de 18, conseguindo a surpresa.

Os patriotas, na manhã do mesmo dia, foram informados no Arraial Novo do dispositivo inimigo. Resolvidos pela batalha decisiva, acamparam em sigilo ao Sul das elevações na mesma noite. Lançaram patrulhas nesta noite para reconhecer e inquietar o inimigo, influindo no seu ânimo e moral.



2.ª Batalha dos Guararapes (19 Fev 1649)

O COMBATE

Os holandeses esperavam os patriotas pelo Norte, através do BOQUEIRÃO. Surpreendidos com o fracasso de seu plano, reajustaram o dispositivo com a frente para o Sul.

Durante toda a manhã de 19, aguardaram o ataque no alto das elevações, enervados pelo calor e pela sede. O comando holandês decidiu-se por um retraimento diurno para LEITARIA, o que começou às quinze horas.

No momento em que o dispositivo de marcha apresentava-se mais vulnerável, os patriotas, ocultos nos alagadiços e nas matas, atacaram violentamente os holandeses durante três horas.

Ante a ameaça de cerco e aniquilamento, o que restou do exército inimigo fugiu desordenadamente para BARRETA, perseguido pelos patriotas.

A DERROCADA HOLANDESA

A Segunda Batalha destruiu a capacidade ofensiva do inimigo. Cada vez fechava-se mais o cerco. A derrota deteriorou o ambiente entre civis e militares, muitos dos quais voltaram à EUROPA. Durante os três anos seguintes, os holandeses foram continuamente hostilizados. Em maio de 1652, sofreram pesada derrota entre AFOGADOS e BARRETA.

Os acontecimentos de 1653 acabaram por desestabilizar em definitivo a colônia holandesa. A Companhia das Índias Ocidentais, em processo falimentar, abandonou os colonos no BRASIL. A própria HOLANDA, em guerra com a INGLATERRA, perdeu a capacidade de atuar no litoral brasileiro. Em PORTUGAL, organizara-se a Companhia Geral de Comércio do BRASIL, que armou poderosa esquadra para intervir no conflito.

Em 14 de janeiro de 1654, RECIFE passou a ser assediada por terra e por mar. Após dez dias de operações, caiu a cidade. A 26 de janeiro de 1654, o inimigo assinou a rendição na CAMPINA DO TABORDA.

CONCLUSÃO

Uma epopéia foi escrita das praias do RECÔNCAVO às elevações dos GUARARAPES. É uma página que fala a todos nós do amor à liberdade, da preservação dos valores espirituais, da nacionalidade em formação, da luta pela unidade física e espiritual do país que surgia, da solidariedade, da integração, dos padecimentos e sacrifícios indescritíveis por um ideal de vida, enfim o exemplo de devoção à terra natal.

É uma história única, iniciada com o assédio de SALVADOR e encerrada na capitulação da CAMPINA DO TABORDA. Foram os mesmos homens, negros, índios, brancos, mamelucos, caboclos, mulatos que se ombrearam nos alagados, nas encostas ou nas beiras dos rios para expulsar o invasor. Irmanaram-se a serviço do BRASIL, a Pátria comum.

As Companhias de Emboscadas, as estâncias, os redutos, os golpes-de-mão, as emboscadas, produtos acabados de um processo de luta peculiar inteiramente brasileiro, que derrotou um dos mais experientes e bem equipados exércitos europeus do século XVII, nasceram no Arraial do RIO VERMELHO e reviveram com o Arraial do BOM JESUS. **Era o Exército Brasileiro em formação.**

Fonte da nacionalidade, origem do sentimento nativista que frutificaria pelos tempos afora, gerando os movimentos de libertação, projeção histórica do imortal compromisso dos 18 patriotas que juraram lutar inarredavelmente pela "restauração da Pátria".

"Nenhum lugar mais brasileiro, nenhum outro recanto em que o espírito militar se vincula mais à tradição da nacionalidade do que Guararapes, para a Força Expedicionária Brasileira apresentar no regresso à Pátria, a sua saudação ao glorioso Exército, a que tem a honra de pertencer, aos camaradas da Marinha e da Aeronáutica, a sua reverência ao Brasil.

Nesta colina sagrada, na batalha vitoriosa contra o invasor, a força armada do Brasil se forjou, e alicerçou para sempre a base da Nação Brasileira.

Daqui ela partiu e já atravessa mais de três séculos, passando vitoriosamente pelo Passo do Rosário, por Montes Caseros, lançando-se de Lomas Valentinas a Monte Castello, Castelnuovo, Montese e Fornovo.

Na qualidade de Comandante da Força Expedicionária Brasileira, deponho no campo de batalha dos Guararapes, os louros que os soldados de Caxias alcançaram contra as tropas germânicas, nos campos de batalha de Serchio, dos Apeninos e do Vale do Pó."

General-de-Exército Mascarenhas de Moraes
Comandante da FEB

(Trecho de discurso pronunciado nos Montes Guararapes em 9 de julho de 1945, de passagem pelo Recife, proveniente do Teatro de Operações da Itália)

Escola de Equitação do Exército

A Escola de Equitação do Exército tem sua origem na Portaria de 20 de abril de 1922, que criava os Centros de Instrução do Exército, prevendo para a Arma de Cavalaria, entre outros, o Centro de Formação de Oficiais Instrutores de Equitação, com o objetivo de formar um núcleo de Oficiais capazes de transmitir, nas Escolas e nos Corpos-de-Tropa, regras uniformes de Equitação.

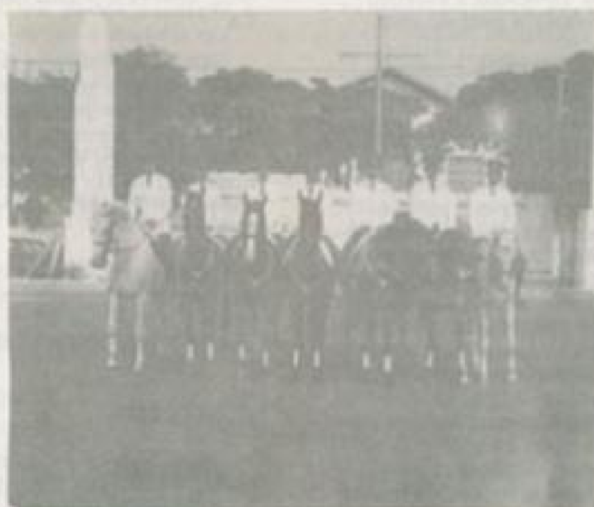
O Aviso de 7 de fevereiro de 1923 suspendeu o funcionamento dos Centros de Instrução do Exército. Em setembro de 1923, era criado o Núcleo de Adestramento de Equitação, funcionando nas dependências da Escola de Estado-Maior do Exército, no Andaraí (hoje Quartel do 1.° BPE).

Em 1924, o Núcleo passou a denominar-se Centro de Instrução de Adestramento formando, naquele ano, a primeira turma de Instrutores de Equitação.

Em 1928, com a criação da "Escola Provisória de Cavalaria", o Centro de Instrução de Adestramento passou a Curso Especial de Equitação, funcionando anexo ao 15.° RCI, hoje 2.° Regimento de Cavalaria de Guarda.

Durante a 2.ª Guerra Mundial o curso foi suspenso, reiniciando suas atividades em 1946, ocupando as dependências do Departamento de Equitação e Educação Física da Escola Militar do Realengo.

Em maio de 1954, o Curso Especial de Equitação passou a denominar-se Escola de Equitação do Exército.



Formandos de 1982



O corpo docente é composto por destacados cavaleiros



Demonstrações eqüestres fazem vibrar até mesmo os leigos

A ESCOLA

Nestes cinqüenta anos de existência, a Escola vem fixando uma política eqüestre de âmbito nacional, refletida em seus objetivos, pelos planos de trabalho, pelo critério de organização, seleção e treinamento de equipes, orientadas pelos técnicos que formou.

Inúmeros Oficiais de países amigos têm cursado a Escola, levando os conhecimentos para o âmbito internacional.

Orgulha-se a Escola de, através de seus formandos, ter colhido expressivas vitórias na América do Sul e do Norte e na Europa. Atenta aos ensinamentos das grandes competições mundiais, procura compatibilizar ensinamentos novos com doutrina vigente, assegurando o princípio da evolução com continuidade.

CURSOS

O Curso de Instrutor de Equitação é destinado a Oficiais de Cavalaria do Exército Brasileiro (Ten ou Cap sem aperfeiçoamento), Oficiais das Forças Auxiliares, Oficiais de países amigos e civis possuidores de curso superior.

O Curso de Monitor de Equitação destina-se a Sargentos de Cavalaria do Exército Brasileiro (sem CAS), das Forças Auxiliares e dos países amigos e para civis não possuidores de curso superior.

Os equipamentos e técnicas empregadas são os preconizados no T 21/250 (Manual do Instrutor). Entretanto, o que diferencia a Escola dos demais Estabelecimentos de Ensino é, precisamente, a utilização do cavalo como principal meio auxiliar de instrução.

É dada a maior ênfase às aulas práticas e nestas são empregadas as técnicas de práticas individual e coletiva.

A Escola de Equitação do Exército está localizada em Realengo, Rio de Janeiro—RJ.